

42º Encontro Anual da Anpocs

GT22 - Partidos e Sistemas Partidários

Marco Antonio Faganello e Jean Lucas Macedo Fernandes

**Partidos Headhunters: migração eleitoral e expansão
partidária nos municípios brasileiros (2000-2016)**

Partidos Headhunters: migração eleitoral e expansão partidária nos municípios brasileiros (2000-2016)

Marco Antonio Faganello e Jean Lucas Macedo Fernandes*

23 de setembro de 2018

Resumo

Este trabalho analisa as migrações partidárias entre vereadores em todo o território nacional, entre os anos 2000 e 2016. Nossa hipótese é que a migração é um instrumento usado pelas agremiações partidárias para maximizar as chances de conquista de votos e de cadeiras. Partidos novos ou com baixo capital eleitoral em um município, funcionariam como partidos headhunters buscando lançar candidatos a vereador com experiência eleitoral prévia e uma base eleitoral definida, fazendo, assim, com que suas chances de vitória no jogo eleitoral local sejam maximizadas. Ao mesmo tempo, tal procedimento, garante uma diminuição dos custos de formação de novas lideranças políticas. Do ponto de vista do candidato, a mudança para outro partido possibilitaria a consolidação de sua liderança dentro de uma agremiação com poucos concorrentes, ao mesmo tempo em que ampliaria suas chances de obter uma cadeira no Legislativo municipal. A dinâmica eleitoral proveniente do mecanismo de lista aberta, que possibilita uma decisão mais personalista por parte do eleitor, em detrimento do partido, faz com que a migração partidária se constitua, por um lado, como uma ferramenta de consolidação dos partidos pelos municípios e, por outro, em uma forma de consolidação de novas lideranças, contribuindo para o aumento da fragmentação partidária local.

Introdução: migração enquanto estratégia partidária em nível local

De modo geral, a literatura acerca das migrações partidárias se divide em duas dimensões teóricas. A primeira, traz para o centro de análise as motivações e os comportamentos dos políticos migrantes. Ou seja, a mudança partidária aconteceria, predominantemente, com vistas a atender as estratégias de atores individuais. Os migrantes buscariam sair de partidos altamente disciplinados, em direção a legendas que lhes permitiriam escapar dos mecanismos de controle e, consequentemente, que proporcionassem a ampliação do seu grau de influência sobre as decisões partidárias (DESPOSATO; SCHEINER, 2008; HELLER; MERSHON, 2008; KEREVEL, 2014; MELO, 2004).

*Doutorandos do depto. de ciência política do IFCH/UNICAMP

Já a segunda vertente enxerga a migração como consequência das estratégias dos partidos enquanto atores unitários e racionais, capazes de articular estratégias de expansão e coordenação tanto na esfera governamental quanto fora dela, nas competições eleitorais (ALDRICH; ROHDE, 2000; ALDRICH, 2008; COX; MCCUBBINS, 1993). Assim, a troca de legenda é vista como uma via de mão dupla, capaz de beneficiar não apenas o parlamentar – que pode ter diversos objetivos, como a maximização de seu sucesso eleitoral, ocupar cargos e obter recursos do Estado – mas também o partido que o acolhe e que visa à expansão de seu eleitorado e de sua máquina (FAGANELLO; FERNANDES, 2016; FAGANELLO; FERNANDES, 2018; FREITAS, 2012; LAVER; BENOIT, 2003; MCELROY, 2003)¹.

Neste projeto, partimos desta última vertente, entendendo a migração como uma via de mão dupla entre partidos e candidatos. No entanto, propomos uma nova abordagem: diferente da literatura sobre o tema que analisa as migrações na esfera federal, nosso foco é a migração nos sistemas partidários locais. Ao mesmo tempo, buscamos evidências que possam contribuir para uma nova compreensão teórica sobre o papel das migrações e seu possível impacto sobre a fragmentação partidária dos sistemas municipais.

Nesse sentido, nossa hipótese é que a migração é um instrumento usado pelas agremiações partidárias para maximizar suas chances de conquista de votos e de cadeiras. Partidos novos ou com baixo capital eleitoral em um município buscariam lançar candidatos a vereador com experiência eleitoral prévia e uma base eleitoral definida, fazendo, assim, com que suas chances de vitória no jogo eleitoral local sejam maximizadas. Ao mesmo tempo, tal procedimento, garantiria uma diminuição dos custos de formação de novas lideranças políticas. Do ponto de vista do candidato, a mudança para outro partido possibilitaria a consolidação de sua liderança dentro de uma agremiação com poucos concorrentes, ao mesmo tempo que ampliaria suas chances de obter uma cadeira no legislativo municipal. Assim, a migração partidária se constituiria em uma ferramenta de expansão dos partidos pelos municípios e consolidação de novas lideranças contribuindo para o aumento da fragmentação partidária local. Trata-se de um fenômeno que apresenta vantagens tanto para partidos quanto para políticos.

O escopo analítico recai sobre o cargo de vereador por dois motivos gerais, referentes à natureza da competição. Primeiramente, trata-se, geralmente, da primeira porta de entrada dos cidadãos para a vida pública, por conta da proximidade do cargo com a realidade em que o indivíduo se insere e pelo maior número de cadeiras ofertadas. Em segundo lugar, dado que no Brasil a fragmentação é maior nas eleições proporcionais (BRAGA; KINZO, 2007), consequentemente, as disputas se dão em um campo mais pluralizado e heterogêneo nesta arena (KERBAUY, 2016; KRAUSE et al., 2016). Assim, as eleições do Legislativo municipal oferecem diversos incentivos e interesses para a conformação de estratégias partidárias. Isso vale tanto para as agremiações já

¹O trabalho elaborado pelos mesmos autores deste paper, publicado na revista de sociologia e política em 2018, também trabalha com o tema das migrações em nível local. No entanto, o trabalho anterior se orientou por uma perspectiva descritiva. O escopo deste trabalho é diferente: aqui, buscamos explicar as razões da migração partidária e seus possíveis efeitos sobre a consolidação dos partidos e da fragmentação dos sistemas locais.

existentes na cidade quanto para as novas, visto que o maior número de cargos ofertados e os baixos custos para disputá-los favorece a entrada de novos atores. No Executivo, tais situações tendem a ocorrer em menor escala, devido à concentração da competição em poucos candidatos (VASQUEZ, 2016), geralmente já com algum grau de enraizamento no município.

Além disso, desdobrando do segundo ponto, as eleições para as Câmaras Municipais têm tido um peso cada vez maior nos padrões de votação e no desempenho eleitoral partidário, passando a integrar as estratégias eleitorais dos partidos para as eleições subsequentes (KERBAUY, 2016, p. 95). A ampliação da participação das pequenas e médias legendas nas eleições locais brasileiras já havia sido identificada por Krause et. al. (2016), entre 2008 e 2012. Para Kerbaury (2016), o aumento das cadeiras no Legislativo local a partir do pleito de 2012 beneficiou os pequenos partidos – na medida em que tiveram maior quantidade de votos e maiores chances de coligações. Nesse sentido, o olhar para as disputas deste cargo nos permite observar as movimentações partidárias no nível mais elementar das eleições no Brasil.

O paper se encontra organizado em três partes, além desta introdução. A seguir, é feita uma breve revisão bibliográfica, apontando as principais abordagens da literatura para a compreensão do fenômeno da migração partidária. Aproveitaremos esta seção para propormos nosso próprio escopo de trabalho. Na sequência, mostramos os principais achados empíricos, reforçando nossas hipóteses iniciais. A conclusão, por fim, traz um balanço das discussões, reafirma a importância de olharmos as trocas de partido sob uma perspectiva mais institucional e menos individual e aponta direções para a construção de um futuro artigo.

1 Debate bibliográfico e apresentação da tese

Segundo Laver e Benoit (2003) e Freitas (2009), os estudos sobre migração partidária têm focado muito na racionalidade dos migrantes, mas ignoram os incentivos dos partidos para os quais eles estão sendo atraídos. A troca de legenda, então, é vista como uma oportunidade para que o político maximize suas chances de sucesso na carreira (MELO, 2004). Para Desposato e Scheiner (2008), os candidatos e lideranças atuam buscando se concentrar em espaços onde há controle de recursos, especialmente financeiros (*pork-centered context*). Sendo assim, para o caso brasileiro, os partidos que controlam mais acessos aos recursos estatais seriam os preferidos dentre os políticos que visam à troca de legenda.

Esta perspectiva analítica, que traz o indivíduo para o centro da racionalidade decisória, tem suas origens na chave da literatura que entende o sistema partidário brasileiro como dotado de elevado personalismo e de “partidos fracos” (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986; MAINWARING, 1991; MAINWARING, 1999; CAREY; SHUGART, 1995). Políticos seriam movidos puramente por acesso a recursos (*pork buy deputies*), visando à maximização de seus sucessos eleitorais (AMES, 2003). Aos partidos, seria reservado um mero papel de ‘máquinas de patronagem’ para a condução da política local (SAMUELS, 2002).

Dessas interpretações, deriva-se que o comportamento dos políticos priorizaria quase sempre uma lógica de alinhamento individual às coalizões estaduais e nacionais. Isso porque, mais do que simplesmente controlar recursos financeiros, uma das funções primordiais dos partidos seria a de servir como cartéis de tipo *office-seeking*, tanto para seus membros quanto para atrair novas lideranças (KEREVEL, 2014). De acordo com Kerevel (2014), raramente a migração partidária é motivada por questões ideológicas e/ou de alinhamento político (*policy-seeking*). Sendo assim, a principal motivação giraria em torno dos interesses individuais dos parlamentares, interessados em cargos nas coalizões governamentais e em controles financeiros do Estado.

Sob outra ótica, Heller e Mershon (2008) também defendem o foco nos atores individuais, em se tratando de mudanças de legendas. Segundo os autores, os migrantes tendem a sair mais de partidos altamente disciplinados. O objetivo seria escapar dos limites e entraves que a disciplina interna partidária imporia sobre os políticos. Porém, há de se considerar também, como variável explicativa, a estratégia partidária: os partidos também buscam atrair políticos e oferecer recompensas (DESPOSATO, 2006; LAVER; BENOIT, 2003; LATNER; MCGANN, 2005). Assim, a troca de legenda é vista como uma via de mão dupla, capaz de beneficiar não apenas o parlamentar – que pode ter diversos objetivos, como a maximização de seu sucesso eleitoral, ocupar cargos e obter recursos do Estado – mas também o partido que o acolhe e que visa a expansão de seu eleitorado e de sua máquina (FREITAS, 2012). Freitas (2009) argumenta que tomar como objetivo central da migração a motivação individual do parlamentar é problemático, na medida em que se trata de uma avaliação subjetiva e de difícil mensuração. Além disso:

O acento na decisão e motivação individual do parlamentar faz com que os analistas desconsiderem o peso dos demais atores envolvidos neste processo. Basicamente, parte-se do princípio que os partidos políticos no Brasil são pouco importantes e que a migração partidária comprovaria esta afirmação. O papel dos partidos políticos nas trocas de legenda é inteiramente desconsiderado. Quando muito, os partidos políticos são tomados como vítimas de uma estratégia ultra-individualista dos parlamentares. Mas se no sistema político brasileiro os partidos não importam, ou importam tão pouco que os parlamentares podem entrar e sair deles quando quiserem, por que os parlamentares se dariam ao trabalho de trocar de partido? Tamanha independência parece incoerente com um sistema no qual as regras são extremamente centralizadas em torno dos partidos políticos. Dito de outra forma, não faz sentido trocar de partido se os partidos não forem capazes de oferecer benefícios para os seus membros (FREITAS, 2009, pp.5-6).

Portanto, nesta troca entre parlamentares e partidos, os movimentos são calculados e racionais para ambos. Os partidos se tornam atores centrais, sendo alvos das estratégias dos políticos e também atuando sobre eles. Desposato (2006) argumenta que há dois benefícios básicos quando os partidos aceitam novos membros: aumento no tamanho da bancada e incremento no suporte eleitoral, trazido pelos migrantes. Estes, por sua vez, escolhem partidos que irão facilitar suas reeleições – ou ao menos propiciar acesso a cargos, recursos e influência. É sobre esta segunda lógica que este trabalho se ampara. Trata-se, primeiramente, de reforçar a importância do critério partidário para a tomada de decisões e de deslocar as explicações para elas do âmbito individual para

o institucional (COX; MCCUBBINS, 1993; CHEIBUB; SIN, 2015). Em segundo lugar, traremos um novo escopo analítico, ao focarmos na dinâmica política local – o que praticamente não é explorado pela literatura de migrações e comportamento partidário (FAGANELLO; FERNANDES, 2016; FAGANELLO; FERNANDES, 2018).

A importância dos partidos em nível local, como apontada por Borges (2010) no que se refere à coordenação entre município e as demais instâncias governativas², pode ser vista também em termos organizativos. De acordo com Ames (1994), há uma relação fundamental de interdependência entre o Executivo nacional e as prefeituras, em termos de apoio político, por um lado, e repasse de verbas, por outro. Nesse sentido, a presença de máquinas partidárias fortes é importante para que os políticos sejam capazes de influenciar as decisões e as dinâmicas políticas locais. Portanto, o argumento deste trabalho caminha na direção de reconhecer o partido em nível local como um ator central para as relações entre as elites políticas, a articulação de seus interesses e as estratégias eleitorais que buscam nos pleitos.

Assim, partimos do pressuposto de que o contexto local se revela como um locus central para o desenvolvimento da coordenação e estratégia político-partidária. Carneiro e Almeida (2008) destacam a importância dos sistemas partidários em nível municipal, defendendo que há conexão entre os diferentes níveis de governos e o sistema de partidos – sobretudo a partir de suas bases municipais. As análises dos autores demonstram que essa coordenação política pelos partidos e lideranças ocorre nos diferentes níveis e nas diversas competições eleitorais. Nesses processos, a criação e a manutenção da reputação partidária se tornam desafios centrais para as lideranças locais, que precisam controlar as iniciativas individuais que possam gerar algum conflito com as posições programáticas da legenda. A cadeia de controle do partido pelas lideranças locais passa, portanto, por estratégias atreladas ao contexto em que esses indivíduos se inserem.

Buscamos aqui complementar o debate da literatura sobre os incentivos e vantagens da migração para partidos e candidatos com a dimensão da política partidária nos municípios. Olhando por uma perspectiva integrada, podemos supor que as agremiações poderiam se aproveitar da migração como um expediente de consolidação e expansão do partido nos municípios. Nossa tese compreende que a migração permite aos partidos ampliarem a possibilidade de sucesso eleitoral ao mesmo tempo que garantem uma diminuição dos custos de formação de novos quadros. Assim, para um partido novo ou com baixo capital eleitoral em um município haveria incentivos para que o mesmo concorresse com uma lista de candidatos que possuem um background eleitoral e experiência prévia definida. Os partidos, portanto, se comportariam como *headhunters*³ de candidatos, se especializando em mapear os candidatos com um potencial eleitoral que sejam capazes de garantir uma entrada ou consolidação dos partidos nos municípios.

²A respeito do debate sobre coordenação eleitoral entre as instâncias governamentais, que tem em Cox (1997) a principal referência, ver Carneiro e Almeida (2008). Os autores apresentam, também, uma sistematização a respeito do lugar e das competências legais-constitucionais do município no regime federativo brasileiro pós-1988.

³A metáfora vem da linguagem usual do mercado. Os *headhunters* são profissionais especializados em conseguir os melhores profissionais para as empresas. No caso, os partidos *headhunters* seriam aqueles que buscariam candidatos com potencial eleitoral prévio para ingressarem nas fileiras do partido.

Do ponto de vista do candidato, os incentivos seriam os mesmos já apontados pela literatura: um partido novo ou com baixo capital político em um município garantiria ao candidato migrante um maior controle sobre os destinos dos recursos, diminuindo as chances de ter de dividir o capital político com lideranças já estabelecidas (KEREVEL, 2014). O potencial desta premissa, no caso brasileiro, seria ampliado no caso das eleições legislativas municipais uma vez que o mecanismo da lista aberta permite e condiciona um comportamento eleitoral baseado em características personalistas, fazendo com que os custos eleitorais de migração para um partido diferente seja reduzido, ou quase nulo.

Assim, pretendemos efetivar uma mudança no debate sobre os efeitos da migração enquanto um problema puramente de representação, ou calcada nos seus incentivos, para um debate sobre seus efeitos sobre a expansão dos partidos e da fragmentação do sistema partidário. Assumimos a tese de que os partidos nos municípios e para o cargo de vereador se utilizam e obtém sucesso com o expediente da migração e que ela é uma ferramenta importante para a consolidação dos mesmos pelo território. Buscaremos nas páginas seguintes trazer subsídios empíricos que comprovem essa hipótese.

2 Metodologia e tratamento dos dados

Dado o grande número de candidatos e de municípios, a aferição de uma taxa de migração que envolva todos os candidatos à vereador de todos os partidos, em todos os municípios e em várias eleições, traz alguns desafios. Para resolver este problema, desenvolvemos a seguinte técnica:

1. mapeamos e validamos o número do CPF de todos os candidatos à vereador, em todos os municípios do Brasil, presente nos bancos de dados de votação do TSE a partir do ano 2000⁴; Abrangendo assim, os candidatos concorrentes nas eleições municipais de 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016;
2. Como os CPFs representam um código único de identificação de uma pessoa física, pudemos comparar as listas de candidatos entre duas eleições municipais consecutivas (eleição $t0$ e eleição $t1$) e verificamos quais candidatos se faziam presentes em $t0$ e $t1$ ao mesmo tempo. Esses candidatos foram identificados como sendo candidatos *sophomores*.
3. Candidatos que participavam da eleição em $t1$, mas não em $t0$, foram identificados como sendo candidatos *Freshmen*.
4. A partir do universo de candidatos *sophomores* analisamos a filiação partidária de cada candidatura, em cada uma das eleições consecutivas analisadas. Se o candidato concorresse pelo mesmo partido em $t0$ e $t1$, consideramos sua situação como sendo Não Migrante (*naoMigra*); pelo contrário, caso o partido fosse diferente, consideramos o candidato como sendo um candidato Migrante (*migra*). Assim, por exemplo, se a filiação de um candidato a

⁴Nosso recorte temporal abrange, portanto, quatro pares de eleições, em todos os municípios do país: (2000-2004/2004-2008/2008-2012/2012-2016)

vereador sophomore nas eleições de 2000 e 2004 fosse diferente, ou seja, se ele estivesse concorrendo nessas duas eleições consecutivas por partidos distintos, determinamos que este candidato migrou de partido (migra). Pelo contrário, caso a filiação fosse a mesma, o candidato em questão não teria migrado (naoMigra).

Os dados da tabela 1, descrevem o universo de dados de vereadores analisados nesta pesquisa.

Tabela 1 – Dados descritivos do universo analisado (Vereador, Brasi, 2000-2016)

Cargo	Eleição	Municípios	Candidaturas	Sophomore(%)	Freshman(%)	SMC(%)	SCD(%)
Vereador	2000	5.559	359.215	-	-	-	-
	2004	5.561	343.186	35,5	64,5	34,5	1,0
	2008	5.563	325.327	36,9	63,1	35,7	1,2
	2012	5.568	413.380	29,5	70,5	28,7	0,8
	2016	5.568	434.954	31,4	68,6	30,7	0,7

*: Não podemos identificar os candidatos sophomores e freshmen em 2000 pois o TSE não disponibiliza os registros de CPF dos candidatos na eleição de 1996.

Fonte: Faganello e Fernandes, 2018.

Por esse modelo, não conseguimos verificar a condição de um candidatos quanto à migração caso ele participe de uma eleição municipal mas não de uma estadual ou federal anterior. Entendemos que a grande maioria dos casos de candidatos Freshman, identificados a partir da comparação entre duas eleições municipais consecutivas, corresponde a candidatos que estão iniciando sua carreira política, sem estarem atrelados a nenhum outro partido diferente no passado. É evidente que alguns casos podem não ser verdadeiros: eles podem indicar que o candidato não esteve na eleição anterior por ser um candidato eleito para o cargo de deputado estadual, federal ou senador; ou mesmo por ser um dirigente partidário sem relação com cargos políticos. No entanto, dado o tamanho do nosso banco de dados, que corresponde a quase 2 milhões de observações, e por constarmos que esses casos são a uma minoria, entendemos que essas perdas de informação não produzem viés na apresentação dos resultados. Com esta abordagem, conseguimos trabalhar com uma quantidade significativa de dados em um espaço de tempo factível, garantindo a possibilidade de entender os processos migratórios entre candidatos a vereador a partir de uma visão sistêmica.

Alguns ajustes foram feitos em caso de partidos que fundiram, foram incorporados, criados ou mudaram de nome entre uma eleição e outra. No caso de partidos que fundiram ou foram incorporados com outro partido, consideramos que os candidatos sophomores que disputaram as eleições em $t0$ pelo partido que se extinguiu, e em $t1$ pelo partido que cooptou este mesmo partido, como candidatos Não Migrante. O mesmo valendo para casos em que o partido apenas mudou de nome como no caso do PFL e do DEM entre 2004 e 2008. Tal decisão se justifica pelo fato de que entendemos que as fusões e mudanças de nome acabam por organizar as mesmas elites políticas, sobre um novo rótulo. Não levamos em conta, portanto, a questão dos custos de informação para a

representação, e sim, a organização partidária envolvida. Para os casos de partidos novos, como o PSOL, por exemplo, consideramos que todos os candidatos que estiveram em um partido em $t0$ e no partido novo em $t1$, como candidatos migrantes. A tabela 2 resume o tratamento dado aos partidos novos, que fundiram ou mudaram de nome durante esse período.

Tabela 2 – Lista de fusões, incorporações e criação de partidos e tratamento dos dados entre 2000 e 2016.

Eleições	Partido em $t0$	Situação	Partido em $t1$	Tratamento
2000/2004	PGT	Incorporado	PL	Não Migrante
	PPB	Muda de nome	PP	Não Migrante
	PRN	Muda de nome	PTC	Não Migrante
	PSD (antigo)	Incorporado	PTB	Não Migrante
	PST	Incorporado	PL	Não Migrante
2004/2008	PFL	Muda de nome	DEM	Não Migrante
	-	Criado	PSOL	Migrante
	PRONA e PL	Fusão	PR	Não Migrante
	PAN	Incorporado	PTB	Não Migrante
	-	Criado	PRB	Migrante
2008/2012	-	Criado	PPL	Migrante
	-	Criado	PSD	Migrante
2012/2016	-	Criado	NOVO	Migrante
	-	Criado	REDE	Migrante
	-	Criado	SD Migrante	
	-	Criado	PROS	Migrante
	-	Criado	PEN	Migrante

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do TSE.

A investigação da tese para esse paper compreende 4 verificações descritivas e um modelo de regressão logística que buscam demonstrar que os partidos se utilizam da migração entre candidatos a vereador como uma forma de maximizar a entrada e a efetivação dos partidos nos municípios, diminuindo assim custos com formação de candidatos. Para isso, além dos tratamento dado aos candidatos com relação à situação como *migrantes/naoMigrantes* e *sophomores/freshmens*, categorizamos os partidos a partir de sua situação de entrada nos municípios, de um lado, e sua capacidade de se tornar um partido efetivo, de outro. Assim, por exemplo, entre eleições $t0$ e $t1$, consideramos os partidos quanto à sua entrada e efetividade como:

1. Partidos Novos (novos): partidos que não tiveram nenhum voto em $t0$ para vereador, mas obtiveram ao menos um voto em $t1$ para o mesmo cargo;
2. Partidos estabelecidos (estab): partidos que tiveram pelo menos um voto em $t0$ e em $t1$;

3. Partidos efetivos (efet): partidos que, seja em $t0$ ou $t1$, estiveram entre os n efetivos partidos no classificatório do total de votos para vereador (nominal e legenda) em um dado município. O número efetivo de partidos foi calculado a partir do número de votos de cada partido em um dado município, segundo a fórmula de Laakso e Taagepera (1979). Assim, para um município com NEPv igual a 5,6; foram considerados como efetivos os 5 partidos com melhor votação geral no município para o cargo de vereador, contando os votos de legenda e nominais;
4. Partidos não efetivos (noEfet): são, pelo contrário, os partidos com ao menos um voto em um município em uma dada eleição exceto os n efetivos.

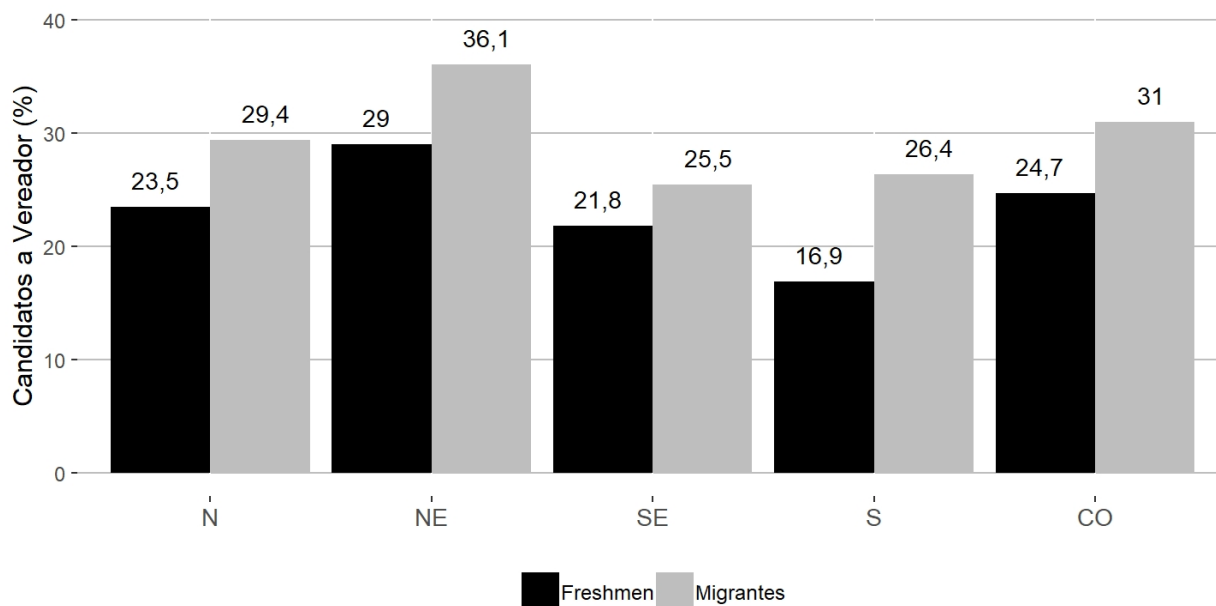
3 Análise e Resultados: papel da migração para a efetivação de partidos novos

O elemento central da nossa tese compreende que os partidos novos nos municípios tendem a ampliar sua efetividade através da busca por candidatos migrantes. As agremiações teriam preferência por preencher a lista do partido para os cargos legislativos municipais com candidatos que já possuam um background eleitoral e que tenham alguma experiência prévia de campanha. Com isso, os partidos reduziriam os custos de formação de lideranças e maximizariam as chances de conquista de cadeiras no legislativo local.

Buscando comprovar essa tese, comparamos na figura 1 a proporção de candidatos de partidos novos sobre o número total de candidatos migrantes e *freshman* em todas as eleições do período, de maneira agregada. Ao mesmo tempo, segmentamos os dados por região, uma vez que, conforme demonstrado por Faganello e Fernandes (2018), as taxas de migração da política local tendem a variar de maneira mais ou menos uniforme entre as regiões do país. Os dados evidenciam que a proporção de candidatos de partidos novos é sempre maior entre candidatos migrantes do que entre candidatos que disputaram as eleições pela primeira vez, não importando a região. Os dados sugerem, portanto, uma tendência positiva no lançamento de candidatos migrantes entre partidos novos, corroborando parcialmente a tese inicial.

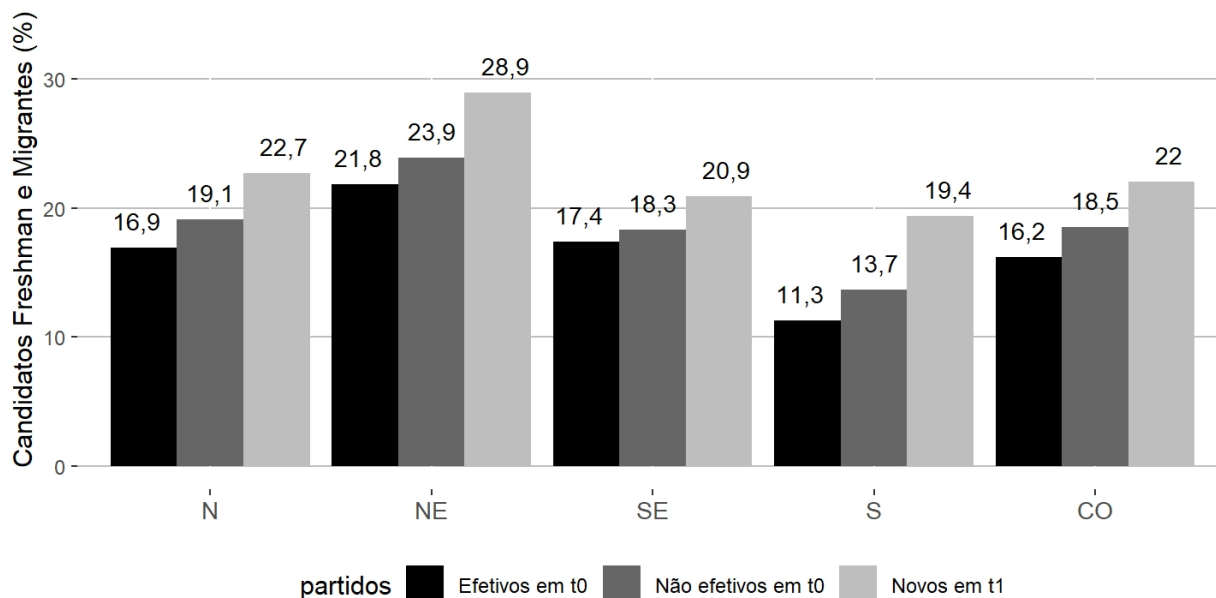
Em nosso segundo teste empírico (figura 2), buscamos verificar a proporção de candidatos migrantes em $t1$ de acordo com a situação do partido nos municípios quanto à sua efetividade em $t0$ e novidade em $t1$. Novamente, optamos por segmentar os dados pela região do país. No entanto, como os partidos efetivos tendem a possuir uma quantidade maior de candidatos não migrantes, uma vez que estes partidos tendem a possuir um número maior de lideranças identificadas com o partido, e, uma vez que os partidos novos, por não terem participado da eleição em $t0$, não possuem candidatos não migrantes; restringimos a comparação (eixo y) dentro do total de candidatos migrantes e *freshman* apenas. Assim, podemos verificar se o lançamento de candidaturas migrantes por parte de partidos novos é maior ou menor do que na comparação com partidos efetivos e não efetivos, em uma relação com o lançamento de candidatos *freshman*. Os dados novamente dão suporte à nossa hipótese: para todas as regiões, há uma tendência crescente na proporção de candidatos migrantes quando se passa da condição de partidos efetivos para partidos novos nos municípios.

Figura 1 – Proporção de candidatos em partidos novos nos municípios segundo condição dos candidatos e segmentado por região (Vereadores, Brasil, 2000-2016)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do TSE.

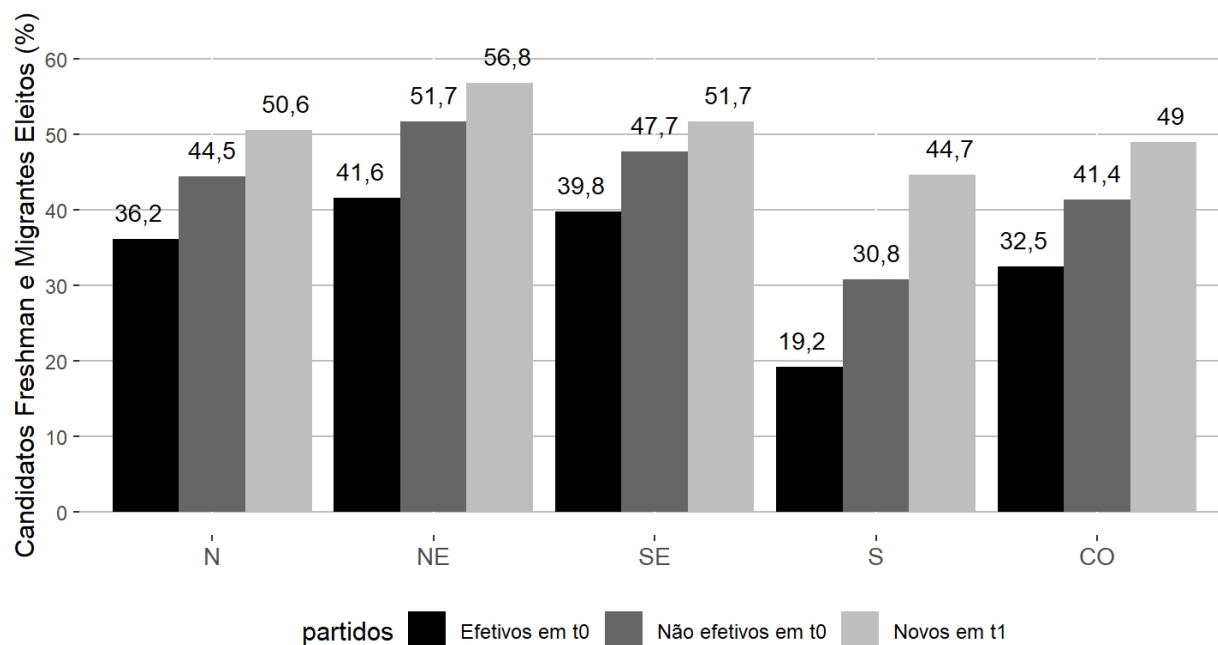
Figura 2 – Proporção de candidatos migrantes em *t1* segundo tipo de situação de efetividade dos partidos e segmentado por região (Vereadores, Brasil, 2000-2016)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do TSE.

Olhando as figura 1 e 2 em perspectiva, podemos notar que as maiores diferenças entre as barras se encontram nos estados da região sul. Conforme mostrado por Faganello e Fernandes (2018), a região sul se configura por ter os menores índices de migração partidária de candidatos à vereador e prefeito em todos os anos analisados. Isso é explicado pela configuração fechada do sistema partidário dos municípios nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina em comparação com os outros estados. Na região sul, a fragmentação partidária tende a ser mais baixa, fazendo com que as oportunidades de consolidação de novos partidos seja menor e as oportunidades de migração sejam mais restritas. Como podemos explicar, portanto, que as diferenças apresentadas nos dois gráficos seja mais intensa exatamente nessa região? Se nossa hipótese estiver correta, é possível que essa diferença seja explicada pelo peso maior que o efeito da migração tem para a consolidação dos partidos em um contexto onde esse recurso é escasso. Isso quer dizer que os partidos novos que desejam se estabelecer nesses estados possuem uma maior necessidade de conseguirem se consolidar através da candidatos migrantes. Pelo lado do candidato, uma vez que o sistema dos municípios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina não fornece muitas oportunidades de migração, e as lideranças e os partidos consolidados tendem a ser os mesmos, as poucas oportunidades de migração que se abrem passam a ser aproveitadas por aqueles que possuem aspirações políticas mais ambiciosas. Isso talvez fique mais evidente quando olhamos a proporção de migrantes sobre o total de candidatos *freshman* e migrantes apenas entre os eleitos nos municípios do país (figura 3).

Figura 3 – Proporção de candidatos migrantes eleitos em *t1* segundo tipo de situação de efetividade dos partidos e segmentado por região (Vereadores, Brasil, 2000-2016)

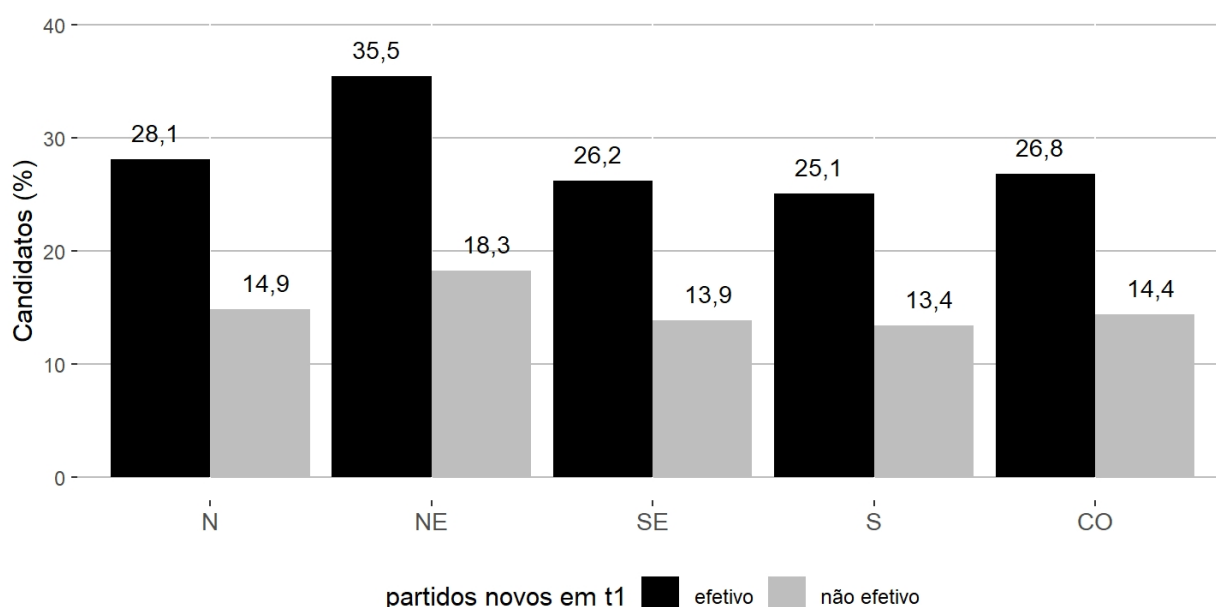


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do TSE.

Os dados da figura 3 demonstram com mais assertividade a nossa hipótese. As diferenças na região sul se tornam maiores ainda entre eleitos. Além do mais, elas confirmam o papel da migração como uma ferramenta de expansão dos partidos nos municípios para o cargo de vereador. No agregado para todo o país, na média das regiões, metade das cadeiras dos legislativos municipais conquistadas por partidos novos é realizada com candidatos migrantes.

Indo mais a fundo nessa hipótese, mensuramos também a proporção de candidatos migrantes entre partidos novos que se tornam efetivos quando entram em um município (figura 4). Novamente, a diferença é substancial: partidos novos que se tornam efetivos tendem a ter um número de candidatos migrantes sempre maior do que partidos novos que não se tornam efetivos, não importando a região.

Figura 4 – Proporção de candidatos migrantes eleitos em *t1* segundo tipo de situação de efetividade dos partidos e segmentado por região (Vereadores, Brasil, 2000-2016)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do TSE.

Os dados descritivos até o momento apontam para o fato de que a hipótese da migração enquanto uma ferramenta de expansão dos partidos para os cargos legislativos municipais é válida. Para medirmos efetivamente o peso e a importância da migração para a efetivação de um partido para a câmara de vereadores, construímos um modelo de regressão logística contendo os seguintes parâmetros:

- Variável Dependente:
 - Partido Efetivo: *efet* - assume valor 1 quando o partido é efetivo em *t1*; a referência é *noEfet* que assume o valor 0 quando o partido não é um partido efetivo em *t1*.
- Variável Independente:

- Partido concorre com migrante (*partConcMig*): assume o valor 1 se o partido concorreu com ao menos um migrante na sua lista de candidatos (sim); a categoria de referência é assumida, portanto, pelos partidos que concorreram sem ter nenhum candidato migrante entre os postulantes ao cargo de vereador em *t1* (nao).
- Variáveis de controle:
 - Região (*regiao*): compreende as 5 regiões do país, e se configura como uma variável de controle do jogo partidário nos estados que atende a uma configuração regional. A categoria de referência (valor 0) é assumida pela região Sul;
 - Partido Efetivo em *t0* (*partEfetAnt*): a categoria de referência é assumida pelos partidos que em *t0*, na eleição anterior a *t1*, eram efetivos. Os valores 1 são assumidos pelas variáveis *noEfet*, quando o partido não era efetivo em *t0*; e novos quando o partido não conquistou nenhum voto em *t0* e conquistou ao menos um voto em *t1*. Esta é uma variável de controle da força do partido nos municípios;
 - Partido concorre com migrante (*partConcMig*): assume o valor 1 se o partido concorreu com ao menos um migrante na sua lista de candidatos (sim); a categoria de referência é assumida, portanto, pelos partidos que concorreram sem ter nenhum candidato migrante entre os postulantes ao cargo de vereador em *t1* (nao);
 - Índice de fragmentação partidária do município (*indFragHHMun*): variável contínua que corresponde ao índice HH de fragmentação do voto do sistema partidário para vereador nos municípios. A variável vai de 0 a 100, sendo 100 um sistema partidário local altamente fragmentado e 0 concentrado.
 - Proporção de candidatos dos partidos nos municípios (*prCandParMun*): variável contínua que corresponde à proporção (de 0 a 100%) de candidatos que um partido lança sobre o total de candidatos à vereador no município em *t1*. É uma variável de controle que mede a força do partido em termos de lançamento de candidatos.

Os coeficientes da regressão logística estão apresentados na tabela 3 e mostram que a partir dos controles estipulados, concorrer com ao menos um candidato migrante aumenta em 2,66 vezes a razão de chance de um partido ser efetivo em *t1*.

Tabela 3 – Regressão logística binária múltipla para variável partido efetivo contra não efetivo em *tl*

Dependente: <i>efet</i>		
Variáveis	RC	p-valor(t)
Intercepto		0,000***
regiao: S		
N	1,04	0,074
NE	1,14	0,000***
SE	0,86	0,000***
CO	1,07	0,010*
partEfetAnt: <i>efet</i>		
noEfet	0,30	0,000***
novos	0,25	0,000***
parConcMig: Não		
sim	2,66	0,000***
indFragHHMun	0,83	0,000***
prCandParMun	1,44	0,000***

Significância: *p<0,05; **p<0,01; ***p<0,001

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

4 Conclusão e apontamentos futuros

Os dados aqui apresentados indicam que as agremiações se utilizam da migração partidária como uma ferramenta de consolidação do partido nos municípios para os cargos de vereador. Os partidos que desejam iniciar uma nova trajetória política em um município, ou ampliar seu capital político, se aproveitam da expertise acumulada por candidatos de outros partidos, que já tiveram uma experiência e um capital eleitoral definido em eleições pregressas, para ampliar suas chances de vitória. A vantagem, do ponto de vista eleitoral, é que o partido diminui os custos de formação de novas lideranças e maximiza as chances de obter uma cadeira local. Ao mesmo tempo, para os candidatos, a vantagem se configura a partir da possibilidade de se consolidar como uma liderança isolada e principal de um novo partido em um município, possibilitando, assim, ter um domínio maior sobre recursos e capital político e minimizando os custos de divisão do poder com lideranças já estabelecidas de partidos com maior capital político nos municípios.

Esta dinâmica orienta e estabelece uma ligação entre a conformação de partidos headhunters e a expansão dos partidos pelo território. No entanto, este paper apresenta apenas dados exploratórios, faltando ainda um estudo mais robusto que revele o papel das migrações sobre a expansão do sistema de partidos. Acreditamos que os próximos passos serão dados a partir dos seguintes eixos: 1) incorporação de uma literatura sobre expansão partidária; 2) indicação de mais

variáveis de controles sobre o papel da migração para a efetivação dos partidos; 3) dados que comprovem os incentivos da migração sob o ponto de vista dos candidatos e o perfil dos mesmos; 4) um trabalho empírico sobre os efeitos da migração para a consolidação dos partidos nos territórios em um longo prazo e consequências sobre a fragmentação do sistema nos estados e esfera federal.

Referências

ALDRICH, J. H. Political Parties in and out of Legislatures. In: ROHDES, R. A. W.; BINDER, S. A.; ROCKMAN, B. A. (Ed.). **The Oxford Handbook of Political Institutions**. 1 edition. ed. Oxford: Oxford University Press, 2008. ISBN 978-0-19-954846-0.

ALDRICH, J. H.; ROHDE, D. W. The Consequences of Party Organization in the House: The Role of the Majority and Minority Parties in Conditional Party Government. In: BOND, J. R.; FLEISHER, R. (Ed.). **Polarized Politics: Congress and the President in a Partisan Era**. Revised ed. edition. Washington, D.C: Cq Pr, 2000. ISBN 978-1-56802-494-3.

AMES, B. A Organização partidária Local nas Eleições Presidenciais de 1989. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 37, n. 1, p. 5–42, 1994.

AMES, B. **Os entraves da democracia no Brasil**. [S.l.]: FGV Editora, 2003. Google-Books-ID: 7uM1D8GbstAC. ISBN 978-85-225-0420-6.

BORGES, A. Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 35, p. 167–188, fev. 2010. ISSN 0104-4478. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-44782010000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

BRAGA, M. d. S. S.; KINZO, M. D. G. **Eleitores e representação partidária no Brasil**. [S.l.]: Editora Humanitas, 2007. Google-Books-ID: W2ea9exWOCAC. ISBN 978-85-7732-032-5.

CAREY, J. M.; SHUGART, M. S. Incentives to cultivate a personal vote: A rank ordering of electoral formulas. **Electoral Studies**, v. 14, n. 4, p. 417–439, dez. 1995. ISSN 0261-3794. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0261379494000352>>.

CARNEIRO, L. P.; ALMEIDA, M. H. T. d. Definindo a Arena Política Local: Sistemas Partidários Municipais na Federação Brasileira. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 51, n. 2, 2008. ISSN 0011-5258. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/resumen.oa?id=21851206>>.

CHEIBUB, J. A.; SIN, G. Order-in-Chaos-Intra-Party-Coordination-in-Open-List-Proportional-Representation-Systems.pdf. In: . Chicago: [s.n.], 2015. Disponível em: <<http://publish.illinois.edu/giselasin/files/2014/08/Order-in-Chaos-Intra-Party-Coordination-in-Open-List-Proportional-Representation-Systems.pdf>>.

COX, G. W. **Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral Systems**. [S.l.]: Cambridge University Press, 1997. Google-Books-ID: c3bqMzBoinsC. ISBN 978-0-521-58527-9.

COX, G. W.; MCCUBBINS, M. D. **Legislative Leviathan: Party Government in the House**. Berkeley: University of California Press, 1993. ISBN 978-0-520-07220-6.

DESPOSATO, S.; SCHEINER, E. Governmental Centralization and Party Affiliation: Legislator Strategies in Brazil and Japan. **The American Political Science Review**, v. 102, n. 4, p. 509–524, 2008. ISSN 0003-0554. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/27644542>>.

DESPOSATO, S. W. Parties for Rent? Ambition, Ideology, and Party Switching in Brazil's Chamber of Deputies. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 1, p. 62–80, jan. 2006. ISSN 1540-5907. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1540-5907.2006.00170.x>>.

FAGANELLO, M. A.; FERNANDES, J. L. M. Notas sobre a migração partidária nos municípios brasileiros (2000-2012). **Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR.**, v. 3, n. 7, p. 13, jun. 2016. ISSN 2359-2826. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/newsletter-Observatorio-v.-3-n.-7.pdf>>.

FAGANELLO, M. A.; FERNANDES, J. L. M. Migração partidária nos municípios brasileiros (2000-2016). **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 66, p. 101–124, jun. 2018. ISSN 0104-4478. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-44782018000200101&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

FREITAS, A. Migração partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009. **Dados**, v. 55, n. 4, p. 951–986, dez. 2012. ISSN 0011-5258. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0011-52582012000400004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>.

FREITAS, A. M. d. **Migração partidária na Câmara dos Deputados**. Tese (text) — Universidade de São Paulo, fev. 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-11112009-151004/>>.

HELLER, W. B.; MERSHON, C. Dealing in Discipline: Party Switching and Legislative Voting in the Italian Chamber of Deputies, 1988-2000. **American Journal of Political Science**, v. 52, n. 4, p. 910–925, 2008. ISSN 0092-5853. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25193857>>.

KERBAUY, M. T. M. O papel das Câmaras Municipais na arena eleitoral: as eleições de 2012. In: LAVAREDA, A.; TELLES, H. (Ed.). **A lógica das eleições municipais**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

KEREVEL, Y. P. Loyalty and Disloyalty in the Mexican Party System. **Latin American Politics and Society**, v. 56, n. 3, p. 93–117, ago. 2014. ISSN 1531-426X. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1548-2456.2014.00242.x>>.

KRAUSE, S. et al. Fragmentação das eleições locais e a emergência de novas forças políticas no Brasil. In: LAVAREDA, A.; TELLES, H. (Ed.). **A lógica das eleições municipais**. 1. ed. [S.l.]: FGV, 2016.

LAAKSO, M.; TAAGEPERA, R. “Effective” Number of Parties: A Measure with Application to West Europe. **Comparative Political Studies**, v. 12, n. 1, p. 3–27, abr. 1979. ISSN 0010-4140, 1552-3829. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/001041407901200101>>.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. [S.l.]: IDESP, Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos, 1986.

LATNER, M.; MCGANN, A. Geographical representation under proportional representation: The cases of Israel and the Netherlands. **Electoral Studies**, v. 24, n. 4, p. 709–734, dez. 2005. ISSN 0261-3794. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261379405000247>>.

LAVER, M.; BENOIT, K. The Evolution of Party Systems between Elections. p. 19, 2003.

MAINWARING, S. P. Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais: O Brasil numa Perspectiva Comparativa. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 29, p. 34–58, 1991. Disponível em: <http://www.novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/63/20080624_politicos_partidos_sistemas.pdf>.

MAINWARING, S. P. **Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil**. Edição: 1. Stanford, Calif: Stanford University Press, 1999. ISBN 978-0-8047-3059-4.

MCELROY, G. Party Switching in the European Parliament: Why Bother? jan. 2003.

MELO, C. R. **Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na câmara dos deputados, 1985-2002**. [S.l.]: Editora UFMG, 2004. ISBN 978-85-7041-433-5.

SAMUELS, D. J. Pork Barreling Is Not Credit Claiming or Advertising: Campaign Finance and the Sources of the Personal Vote in Brazil. **The Journal of Politics**, v. 64, n. 3, p. 845–863, 2002. ISSN 0022-3816. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1520116>>.

VASQUEZ, V. L. **Ao vencedor, a prefeitura : competição em eleições municipais (1996-2012)**. Tese (Dissertação de Mestrado) — UNICAMP, Campinas, abr. 2016. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000970170&fd=y>>.